

EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO nº 002/2022- MP-2º PJ/MA/PC/HU
O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO, por intermédio da 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, expede a presente RECOMENDAÇÃO, na qual RECOMENDA à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E À DIVISÃO DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA, na pessoa do Secretário Municipal de Meio Ambiente e da Autoridade Policial Diretora daquela Divisão, que cancele as licenças e/ou autorizações/alvarás concedidas em favor dos estabelecimentos BAR DECK BELÉM e ÉGUA DU BUTECO, considerando as não conformidades apresentadas. Fixa-se o prazo de 10 (dez) dias, para que informem quais providências foram adotadas visando o atendimento dos termos da presente RECOMENDAÇÃO, esclarecendo que a omissão na remessa de resposta no prazo estabelecido, será considerada como recusa ao cumprimento da recomendação, ensejando a adoção das medidas legais pertinentes visando a obtenção do resultado pretendido com a expedição da presente recomendação, nos termos do art. 11, da Resolução CNMP nº 164, de 28 de março de 2017.

Belém, 04 de maio de 2022.

NILTON GURJÃO DAS CHAGAS

2º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém.

Protocolo: 795543

Extrato da PORTARIA nº 003/2022-MP/7ªJMAB

A 7ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000285-601/2021 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá - Pará - Fone (94) 3312-9900.

PORTARIA nº 003/2022-MP/7ªJMAB

Assunto: acompanhar e fiscalizar o quantitativo de ambulâncias a disposição dos beneficiários do plano de Saúde UNIMED FAMA na área de abrangência do plano. Aline Tavares Moreira - Promotora de Justiça.

Protocolo: 795560

EXTRATO DE PORTARIA nº 011/2022-MP/3ªPJI

A 3ª Promotoria de Justiça de Itaituba, com fundamento no art. 129, VI da CF/20081, art. 26, I da lei 8.625/932, art. 54, I3 da Lei Complementar Estadual nº 57/2006, artigo 8º, I, II, III e IV da Resolução nº 174/20174, artigo 31 da Resolução n.º 007/2019 - CPJ/MPPA, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 011/2022-MP/3ªPJI, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Itaituba, situada na Av. Nova de Santana, nº 384, Centro, Itaituba/PA, CEP: 68.180-030- Itaituba - Pará - Fone: (93) 3518-2123/3518-3099.

PORTARIA nº 011/2022-MP/3ªPJI

SIMP nº 004611-922/2021

Data de Instauração: 04/05/2022

Assunto: O presente Procedimento Administrativo tem a finalidade de acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, as políticas/posturas públicas em favor das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social no lixão de Itaituba.

ÍTALO COSTA DIAS- Promotor de Justiça

Protocolo: 795572

EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL CONJUNTA Nº 01/2022-MPPA-3ªJMABCRIM, 5ªPJMABCRIM; PJ DE ITUPIRANGA; PJ DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA; PJ DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA; PJ DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA; PJ DE JACUNDÁ E PJ DE RONDON DO PARÁ

As Promotorias de Justiça acima especificadas, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a expedição da RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL CONJUNTA Nº 01/2022-MPPA-3ª, 5ªPJMABCRIM; PJ DE ITUPIRANGA; PJ DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA; PJ DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA; PJ DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA; PJ DE JACUNDÁ E PJ DE RONDON DO PARÁ nos autos do Procedimento Administrativo nº 001168-930/2022 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá - Pará - Fone (94) 3312-9900 Fax: (94) 3312-9904.

RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL CONJUNTA Nº 01/2022-MPPA-3ª, 5ªPJMABCRIM; PJ DE ITUPIRANGA; PJ DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA; PJ DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA; PJ DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA; PJ DE JACUNDÁ E PJ DE RONDON DO PARÁ

Envolvido: Rede de ensino público e privado dos municípios de Marabá, Bom Jesus do Tocantins, Nova Ipixuna, Itupiranga, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Jacundá e Rondon do Pará.

Assunto: Recomendação visando acompanhar Projeto "Conscientizar: A melhor forma de prevenir".

Francisca Paula Morais da Gama- Promotora de Justiça.

Protocolo: 795579

Extrato da PORTARIA nº 007/2022-MP/8ªJMAB

A 8ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 000374-940/2022 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica - Agrópolis do INCRA, CEP 68.502-290 - Marabá -

Pará - Fone (94) 3312-9900 Fax: (94) 3312-9904.

PORTARIA nº 007/2022-MP/8ªJMAB

Assunto: Acompanhar as condições de trafegabilidade da Estrada do Rio Preto, no município de Marabá, no ano de 2022.

Josélia Leontina de Barros Lopes - Promotora de Justiça.

Protocolo: 795589

CONVITE Nº 006/2022-MP/PA (REPETIÇÃO DO CONVITE Nº 005/2022-MP/PA)

O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da Comissão Permanente de Licitação, convoca as empresas licitantes a participarem da sessão que dará continuidade ao CONVITE Nº 006/2022-MP/PA (REPETIÇÃO DO CONVITE Nº 005/2022-MP/PA), a ser realizada no dia 11/05/2022, às 10h00, na sala de reunião das Promotorias de Defesa Comunitária, localizada no térreo do Anexo I, sito à Travessa Ângelo Custódio, 36, Cidade Velha, Belém-PA, oportunidade na qual serão abertos os envelopes contendo as propostas financeiras das empresas habilitadas no certame, de acordo com o resultado da fase recursal publicado em 09/05/2022.

Protocolo: 795899

ATO Nº 125/2022 - 1ªPJTFPAISFRJE

APROVAÇÃO DAS CONTAS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

SIMP Nº 000732-110/2015

O 1ª PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, arts. 66 e 69 da Lei nº 10.406/2002, art. 1º, parágrafo segundo c/c art. 4º, todos do PROVIMENTO CONJUNTO Nº 005/2020-MP/PJ/CGMP, por este ATO, APROVA as contas da entidade denominada FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ASSEFAZ, CNPJ nº 00.628.107/0002-60, referentes ao ano-calendário 2009.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ato publicado. Belém, 05 de maio de 2022.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 795729

ATO Nº 127/2022 - 1ªPJTFPAISFRJE

APROVAÇÃO DAS CONTAS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

SIMP Nº 000489-110/2015

O 1ª PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, arts. 66 e 69 da Lei nº 10.406/2002, art. 1º, parágrafo segundo c/c art. 4º, todos do PROVIMENTO CONJUNTO Nº 005/2020-MP/PJ/CGMP, por este ATO, APROVA as contas da entidade denominada SOCIEDADE BENEFICENTE COOPERATIVA CRISTO REDENTOR, CNPJ nº 04.835.989/0001-04, referentes ao ano-calendário 2010.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ato publicado. Belém, 05 de maio de 2022.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 795731

ATO Nº 128/2022 - 1ªPJTFPAISFRJE

APROVAÇÃO DAS CONTAS

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

SIMP Nº 000485-110/2015

O 1ª PROMOTOR DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES PRIVADAS E ASSOCIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e prerrogativas funcionais, com fundamento no artigo 127 da Constituição Federal, arts. 66 e 69 da Lei nº 10.406/2002, art. 1º, parágrafo segundo c/c art. 4º, todos do PROVIMENTO CONJUNTO Nº 005/2020-MP/PJ/CGMP, por este ATO, APROVA as contas da entidade denominada AÇÃO SOCIAL COMUNIDADE AMIGA - ASCA, CNPJ nº 06.373.638/0001-54, referentes ao ano-calendário 2010.

E, para que ninguém alegue desconhecimento, que seja este ato publicado. Belém, 05 de maio de 2022.

Sávio Rui Brabo de Araújo

1º Promotor de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial

Protocolo: 795737

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (TRIMESTRAL)

Nº da Ata de Registro de Preços: 006/2022-MP/PA

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico 082/2021-MP/PA

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e JEB COMERCIO DE ELETRONICOS EIRELI

CNPJ: 33.486.276/0001-80

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de desumidificador de ar de proteção individual

Data da Assinatura: 08/02/2022

Vigência: 10/02/2022 a 10/02/2023

Preço Registrado: